



Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP)
Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação (FaBCI)

Ingrid Passos Santos

Resíduos sólidos urbanos: instrumento gerador de economia
e fonte de sustento da catadora Carolina Maria de Jesus

São Paulo
2016

Ingrid Passos Santos

Resíduos sólidos urbanos: instrumento gerador de economia
e fonte de sustento da catadora Carolina Maria de Jesus

Trabalho Temático apresentado a todas as disciplinas do segundo semestre do curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação (FaBCI) para composição de nota.

São Paulo
2016

Ingrid Passos Santos

Resíduos sólidos urbanos: instrumento gerador de economia e fonte de sustento
da catadora Carolina Maria de Jesus

Trabalho Temático apresentado a todas as disciplinas do segundo semestre do curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação (FaBCI) para composição de nota.

Comissão examinadora:

Profª Ms. Adriana Maria de Souza

Profª Drª Carla Regina Mota Alonso Diéguez

Profª Ms. Daniele Cristina Gonçalves Brene Pires

Prof. Dr. Ivan Russef

Prof. Ms. José Mário de Oliveira Mendes

Profª Esp. Maria das Mercês Pereira Apostolo

Profª Esp. Maria Rosa Crespo

Prof. Msc. Wanderson Scapechi

São Paulo, ____ de Novembro de 2016.

Resumo

O exercício de coletar resíduos sólidos é uma prática antiga, porém pouco valorizada e reconhecida. Envolvendo aspectos políticos, sociais e ambientais, a atividade do coletor tem relação direta com um meio sustentável de gerar economia: reciclar. De acordo com a obra *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* da autora Carolina Maria de Jesus, podemos perceber por meio de seus relatos as dificuldades e amarguras de exercer um trabalho não reconhecido. Desta forma, buscamos analisar, por meio de pesquisas bibliográficas, qual é o papel do poder público perante a gestão dos resíduos e regulamentação do exercício do coletor, ressaltando os principais desafios que um indivíduo inserido neste meio poderá encarar.

Palavras-chave: Resíduos sólidos. Coleta Seletiva. Catador.

Abstract

The exercise of collecting solid waste is an old practice, but little valued and recognized. Involving political, social and environmental impacts, the activity of the collector has a direct relation with a sustainable mean of generating economy: the recycling. In accordance with the work of the author Carolina Maria de Jesus *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, it can be perceived through her reports the difficulties and bitterness to do a not recognized job. In this way, it is sought to analyze, through research, what is the role of public power to waste management and regulation and exercise of the collector, highlighting the main challenges that this individual may face.

Key-words: Solid waste. Selective collect. Taker.

Sumário

1 Introdução	6
2 Gestão de Resíduos Sólidos	7
2.1 Políticas e Planos gestacionais	9
3 Catadores	13
3.1 Amarguras e conformações de Carolina Maria de Jesus	13
3.2 Condições de trabalho dos catadores	18
4 Considerações Finais	20
Referências	21

1 Introdução

As décadas pós Segunda Guerra Mundial podem ser entendidas como um período de reestruturação internacional. Desta forma, a década de 1950 foi marcada pelo constante crescimento econômico, o que estimulou a grande produção de diversos tipos de produtos e, conseqüentemente, maior consumo. Quanto maior a produção, maior quantidade de produto disponível para consumo, maior o consumo e descarte das embalagens desses produtos, ocasionando um crescimento considerável da quantidade de resíduos gerados e dispostos pelas cidades.

Inicialmente pouco importava quais as conseqüências que descarregar um caminhão de lixo próximo a um riacho poderia gerar. Com o aumento da frequência de descarte inadequado dos resíduos sólidos, e com a percepção dos impactos ambientais e de saúde, surgiu a necessidade de gerenciar a destinação dos mesmos.

Com o passar do tempo, com o aumento populacional e os avanços dos problemas causados pela destinação inadequada dos resíduos, muitos países passaram a buscar recursos para gerenciar seus resíduos. Porém, antes mesmo de existirem campanhas de reciclagem, já existiam pessoas que se interessavam nos resíduos possíveis de serem reutilizados: os coletores.

Por meio de um trabalho informal, indivíduos que encontravam dificuldades de se inserir ou se manterem no mercado capitalista, buscaram alternativas para poderem sobreviver: por meio da coleta de materiais recicláveis e encaminhamento dos mesmos para estabelecimentos que, ainda timidamente, já reutilizavam determinados resíduos.

Carolina Maria de Jesus, autora da obra *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* foi uma catadora declarada. Pelo contexto da obra, surgiram os questionamentos: como o poder público se relaciona com os catadores e quais são as principais dificuldades que esses trabalhadores enfrentam no dia-a-dia?

Analisando o contexto da sociedade em que Carolina viveu e da sociedade em que vivemos, exercer o trabalho de catador não é fácil. Assim, buscamos ressaltar as atividades públicas que se relacionam com o trabalho destes indivíduos e quais as complicações de atuar como catador.

2 Gestão de Resíduos Sólidos

Por um panorama internacional, a década de 1950 foi considerada um período de baixo índice de desemprego e de crescimento econômico constante, o que desencadeou o consumo acelerado de diversos produtos. Com a produção massiva e o contínuo descarte de embalagens de produtos, os resíduos aumentaram em grandes proporções ocasionando diversos problemas socioambientais. (DEMAJOROVIC; LIMA, 2013).

É importante entender o significado de *lixo* e *resíduo*. Para a Prefeitura de São Paulo o lixo pode ser entendido como “os restos das atividades humanas, considerados pelos geradores como inúteis, indesejáveis ou descartáveis. Normalmente, apresentam-se sob estado sólido, semissólido ou semilíquido” (SÃO PAULOc, [20-?]). Já resíduo é visto como “um conjunto dos produtos não aproveitados das atividades humanas (domésticas, comerciais, industriais, de serviços de saúde) ou aqueles gerados pela natureza” (SÃO PAULOc, [20-?]). As palavras lixo e resíduo, neste contexto, podem ser consideradas sinônimos, porém

[...] Especialistas substituíram o termo “lixo” por “resíduos sólidos”. Não se trata de uma mudança meramente retórica, mas sim de uma estratégia para que os resíduos sólidos gerados nos processos de produção e consumo sejam qualificados de forma correta. (DEMAJOROVIC; LIMA, 2013, p. 42).

Assim, adotaremos o termo *resíduo* para dar continuidade.

Os resíduos são resultados de diversas naturezas, possuidores de variadas composições (JACOBI, BESEN, 2011) e podem ser classificados de acordo com sua origem:

- a) resíduos urbanos: gerados por residências, instituições, comércio e prestadores de serviços públicos (limpeza de praia, podas de árvores, varrição de vias públicas, etc);
- b) resíduos industriais: gerados por processos industriais, de substâncias orgânicas e inorgânicas;
- c) resíduos de serviços de saúde: gerados por estabelecimentos que executem serviços médicos humano ou veterinário;
- d) resíduos de atividades rurais: originados pelas atividades agrícolas;
- e) resíduos viários: originados pelos meios de circulações viárias, produzidos por necessidades básicas humanas ou por manutenções de veículos;

f) resíduos de construção civil: originados em construções civis, por exemplo, demolições, escavações, reformas, etc. (SÃO PAULO, 2010).

Todos os tipos de resíduos destacados podem conter elementos tóxicos e não tóxicos e, se descartados de forma errônea, podem ser prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente.

Assim, trataremos da gestão dos resíduos sólidos de caráter urbano, com exceção dos resíduos gerados por serviços públicos, que podem ser entendidos como um “[...] conjunto dos produtos não aproveitados das atividades humanas [...]” (SÃO PAULO, [20-?]).

De acordo com Demajorovic e Lima (2013), a geração de resíduos tem relação direta com o grau de desenvolvimento social e econômico de cada país, portanto, em países mais desenvolvidos os resíduos sólidos são tratados e encaminhados a aterros sanitários ou incineradores, enquanto nos países em desenvolvimento, os resíduos nem mesmo são tratados apropriadamente e muitas vezes sua destinação acaba sendo um terreno inadequado, ou até mesmo a queima a céu aberto, o que provoca a poluição do ar, a contaminação do solo e da água, e problemas à saúde humana. Podemos pensar nesse terreno como semelhante à famosa Ilha das Flores, localizada no Rio Grande do Sul, Brasil.

No livro Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus, a autora relata

...Chegou um caminhão aqui na favela. O motorista e o seu ajudante jogam umas latas. É linguiça enlatada. Penso: É assim que fazem esses comerciantes insaciáveis. Ficam esperando os preços subir na ganancia de ganhar mais. E quando apodrece jogam fora para os corvos e os infelizes favelados. (JESUS, 2000, p. 29. 17 de maio de 1958).

É possível notar que as complicações relacionadas ao descarte inadequado de resíduos são antigas e, pela falta de fiscalização e de locais determinados para descarte na época, pode-se especular que os problemas e dificuldades de gestão dos resíduos do final do século XX para a atualidade tenha suas raízes em datas anteriores ao registro de Carolina.

Independente das disparidades encontradas, a questão do lixo traz enormes desafios para as políticas públicas, seja nos países industrializados ou nos países em desenvolvimento. A expansão da população urbana e o aumento do consumo de produtos descartáveis e menos duráveis fizeram crescer a quantidade final de resíduos gerados, que precisam ser coletados, transportados e destinados adequadamente pelo poder público. (DEMAJOROVIC; LIMA, 2013, p. 22).

Tendo em vista que a gestão de resíduos sólidos tem caráter social, ambiental e econômico, podemos afirmar que

[...] Os resíduos sólidos não são um mero subproduto do sistema produtivo, sem utilidade, e sim um insumo, uma vez que possuem valor econômico

agregado, ou seja, trata-se de um bem com valor econômico e, dessa forma, ele pode e deve ser reintegrado ao sistema produtivo, gerando, em alguns casos, ganhos socioambientais e econômicos. (DEMAJOROVIC; LIMA, 2013, p. 42)

A reintegração e revalorização do resíduo ao sistema produtivo podem ser entendidas como uma logística reversa, pois trata do “[...] retorno de produtos e embalagens pós-consumo ao processo produtivo como matéria-prima secundária” (SOUZA; PAULA; SOUZA-PINTO, 2012, p. 248).

A reciclagem possibilita investimentos em diversos aspectos e, assim, é entendida como uma atitude de enfrentamento às questões ambientais, proporcionando benefícios ambientais e sociais, que concentram-se em reverter os efeitos causados pelos resíduos no meio ambiente. O que passa despercebido é que tais atos são induzidos por interesses econômicos (BORTOLI, 2013).

Infelizmente a “reciclagem” que está aí, sendo utilizada no Brasil, seja a efetuada no Centro de São Paulo, seja a da Coleta Seletiva é a mais pura construção capitalista, travestida de ecologista e falando na defesa do meio ambiente ... ações ecológicas para se apresentar “por baixo do seu traje” como uma reciclagem voltada a alimentar as formas mais predatórias do capitalismo” (LEGASPE, 1996 apud MEGERA, 2003, p. 103)

De fato a gestão de resíduos têm cunho econômico e “ecocapital”, mas não podemos negar seus benefícios socioambientais.

A gestão de resíduos sólidos compreende o conjunto das decisões estratégicas e das ações voltadas à busca de soluções para resíduos sólidos, envolvendo políticas, instrumentos e aspectos institucionais e financeiros. A gestão é atribuição de todos, sendo, no caso do Estado, executada pelas três esferas de governo: federal, estadual e municipal. (SÃO PAULO, 2010, p. 20)

Desta forma, surgem políticas nacionais, estaduais e municipais para tratar da gestão de resíduos sólidos.

2.1 Políticas e Planos gestacionais

Estabelecida pela Lei 12.305/10 aprovada em 2 de agosto de 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) foi estruturada para combater os emergentes problemas ambientais, sociais e econômicos (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTEa, [20-?]).

“Essa lei apresenta uma série de conceitos inovadores. Um deles é o de resíduos sólidos como material que pode ser reutilizado e reaproveitado. O segundo vê o rejeito como insumo inservível como matéria-prima em uma cadeia produtiva.” (OLIVEIRA; GALVÃO JUNIOR, 2016, p. 56). Além disso, possibilita

[...] ao poder público instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas, dentre outras, de implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associações de catadores de materiais reutilizáveis ou recicláveis formadas por pessoas físicas ou de baixa renda. (BORTOLI, 2013, p. 251).

Nesta política, a coleta seletiva e a reciclagem são os principais recursos para a inclusão de responsabilidade compartilhada dos ciclos dos produtos passíveis de gerar resíduos e a inserção e regularização dos catadores (OLIVEIRA; GALVÃO JUNIOR, 2016). A PNRS permite que cada estado e/ou município formule seus próprios Planos de Gestão Integrada de Resíduos (BESEN et al, 2014) que definem “como se dará esta inclusão em seus respectivos territórios” (BESEN et al, 2014, p. 206).

No caso do Estado de São Paulo existem dois projetos: a Política Estadual de Resíduos Sólidos e o Plano Estadual de Resíduos Sólidos.

A Política Estadual de Resíduos Sólidos foi estipulada pela Lei Estadual nº 12.300/06, e regulamentada em 2009, anterior à PNRS (estipulada em 2010), visando minimizar a quantidade de resíduos sólidos gerados pelo estado, regulando a junção dos princípios de responsabilidade dos resíduos pós-consumo, do poluidor-pagador e propagando a ideia de que o resíduo sólido é passível de ser reciclado e assim ser tratado como item econômico gerador de trabalho e renda (SÃO PAULO, 2010).

Já o Plano Estadual de Resíduos Sólidos, lançado em 2014, como instrumento previsto pela PNRS, com objetivo de readaptar os hábitos de consumo dos paulistas, através de atividades que buscam aumentar a efetividade da gestão dos resíduos produzidos, resolvendo problemas imediatos e contendo problemas futuros. O Plano é dividido em quatro partes: Panorama dos Resíduos (refere-se ao gerenciamento); Estudo de Regionalização e Proposição de Arranjos Intermunicipais (descentralização das políticas públicas para otimização de recursos); Proposição de Cenários (perspectivas para os resíduos); e as Diretrizes, Metas e Ações (estratégias adotadas) (GOVERNO..., 2014).

A Política e o Plano Estadual diferenciam-se pelo modo como tratam os resíduos. Enquanto a Política tem foco na regularização de responsabilidade e destinação dos resíduos, envolvendo reciclagem, economia e geração de trabalho, o Plano objetiva avaliar o modo de consumo da sociedade, buscando formas de

reestruturar seus hábitos para que assim os resíduos possam ser geridos de forma adequada.

Uma análise feita em 2015 pelo Ministério do Meio Ambiente mostra que as idealizações da PNRS e dos Planos e/ou Políticas Estaduais ainda não estão surtindo tanto efeito quanto o esperado: em âmbito internacional, somente 40% dos municípios tem destinação adequada para os resíduos, em aterros sanitários, enquanto o restante ainda dispõe os resíduos em lixões ou aterros controlados; 42% dos municípios têm e utilizam Planos de Gestão de Resíduos Sólidos; e apenas 23,70% dos municípios têm Coleta Seletiva, dos quais somente 2,0% dos resíduos coletados são de fato destinados à reciclagem. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTEb, [201-]).

O ponto de vista de defensores da teoria de que a coleta e reciclagem dos resíduos têm maiores interesses econômicos do que ambientais é fortalecido pelo fato de o Plano Estadual de Resíduos Sólidos buscar descentralizar as políticas públicas, ou seja, terceirizar a responsabilidade de coleta de destinação dos resíduos, e também pela baixa quantidade de resíduos nacionalmente coletados e destinados à reciclagem. De acordo com o relato de um Consultor Habitacional e de Cooperativas de Lixo

É uma conjunção de interesses contrários. O negócio do lixo é monstruoso, movimentando bilhões de reais por ano. A maioria das prefeituras contratam os coletores de lixo (empresas especializadas em recolher o lixo) e são sabidamente os maiores fornecedores de recursos para campanhas políticas. Esse lixo é recolhido nas cidades e pago por aquilo coletado e, nas cidades maiores, além do custo da coleta, é cobrado o custo de depósito; então, são fortunas movimentadas por pouquíssimas empresas no Brasil. A gente poderia dizer que não são mais que cinco ou seis empresas que o fazem; então, o poder de “lobby” dessas empresas é muito grande e a elas não interessa, em instante algum, o processo de reciclagem, porque a cada quilo de papelão ou de latinha recolhido dos lixos, é um [a] quilo menos em seu faturamento; então, a meu ver, há uma conjunção de interesses contrários que não estimula a reciclagem. Todo processo de reciclagem no Brasil está sendo feito a partir de ações sociais não econômicas, não políticas. Os segmentos, os agentes econômicos que trabalham no processo de reciclagem de lixo sofrem conflitos imensos, têm dificuldades de todas as ordens, inclusive desse absurdo do excesso de tributação sobre o produto reciclado. (Consultor não especificado apud MEGERA, 2003, p. 31).

Dessa forma, pode-se afirmar que os Planos e Políticas que, em algum momento dizem ter intenção de inserir os catadores, principalmente os que recolhem resíduos sólidos urbanos, acabam não realizando de fato o que é proposto.

Mesmo algumas décadas antes das Políticas e Planos serem implantados, ou da fundação de associações ou cooperativas, Carolina registrou que “[...] Agora até

os lixeiros avançam no que os catadores de papeis podem pegar. Eles são egoístas.” (JESUS, 2000, p. 106, 2 de setembro de 1958).

No site da Prefeitura de São Paulo existe a seguinte recomendação aos cidadãos paulistanos: “É importante que a população colabore colocando os sacos de lixo no máximo duas horas antes do caminhão coletor passar, evitando que os sacos sejam rasgados por pessoas que buscam materiais recicláveis.” (SÃO PAULOa, [20-?]), já que, de acordo com a própria prefeitura, os dias de Coleta Seletiva (que não atente todos os bairros da cidade) são diferentes dos dias de coleta dos resíduos orgânicos, o que aparenta ser conveniente, pois se trata de resíduos que necessitam de tratamento diferenciado, porém, reforça bastante a ideia de que tudo gira ao redor de interesses econômicos já que, como já mencionado, somente 2,0% dos resíduos coletados através do programa de Coleta Seletiva são de fato destinados à reciclagem.

3 Catadores

Conhecidos como “catadores, coletores, carroceiros e recicladores” (SOUZA; PAULA; SOUZA-PINTO, 2012, p. 250), os catadores são indivíduos normalmente sem fonte de renda fixa que buscam um meio alternativo de, através de um trabalho informal, conseguirem se sustentar, coletando, separando e comercializando resíduos sólidos recicláveis (BORTOLI, 2013), “[...] Fazem do rejeito humano, daquilo que é tido como dispensável e descartável, dos restos, a matéria-prima de seu trabalho e a fonte da vida possível” (SÍCOLI, 2014, p. 2). Em seu diário, no dia 16 de julho de 1955, Carolina Maria de Jesus registrou:

[...] sai e fui ao seu Manoel levar umas latas para vender. Tudo quanto eu encontro no lixo eu cato para vender. Deu 13 cruzeiros. Fiquei pensando que precisava comprar pão, sabão e leite para a Vera Eunice. E os 13 cruzeiros não dava! (JESUS, 2000, p. 9. 16 de julho de 1955).

Entre 1955 e 1959 – anos divulgados do diário de Carolina –, ainda não existiam cooperativas ou associações para dar suporte aos catadores daquela época, portanto, Carolina não tinha uma forma de ter seu trabalho reconhecido. É evidente que as dificuldades que a autora enfrentou na época não são tão diferentes do cenário atual para os catadores, mas podemos afirmar que muita coisa mudou. Inicialmente serão expostos alguns acontecimentos registrados por Carolina Maria de Jesus, os quais podem ser entendidos como empecilhos para desenvolver seu trabalho adequadamente e poder proporcionar uma vida menos precária aos seus filhos. Posteriormente, abordaremos os catadores num panorama geral.

3.1 Amarguras e conformações de Carolina Maria de Jesus

Há décadas a discriminação destes indivíduos, que não eram reconhecidos como trabalhadores, era (e ainda é) muito grande. Vejamos um exemplo em um diálogo registrado por Carolina:

Sai a noite, e fui catar papel. Quando eu passava perto do campo do São Paulo, varias pessoas saiam do campo. Todas brancas, só um preto. E o preto começou insultar-me:

– Vai catar papel, minha tia: Olha o buraco, minha tia.

Eu estava indisposta. Com vontade de deitar. Mas, prossegui.

[...]

Varias pessoas afluíram-se. Eu era o alvo das atenções. Fiquei apreensiva, porque eu estava catando papel, andrajosa (...) Depois, não mais quiz falar com ninguem, porque precisava catar papel. Precisava de dinheiro. Eu não tinha dinheiro em casa para comprar pão. (JESUS, 2000, p. 12-13. 17 de julho de 1955. Em “quiz” lê-se “quis”)

Porém, existe também quem respeite e valorize a profissão de catador “[...] Deve-se ter respeito à capacidade dos próprios catadores para gerar trabalho e renda e novas condições de vida a partir da experiência construída por eles mesmos, traçando com eles as saídas para sua situação de exclusão social.” (ABREU; FÁTIMA, 2001 apud MEGERA, 2003 p. 30). Em um registro do diário de Carolina podemos perceber que da mesma forma que existiram pessoas que a insultavam, também existiram àquelas que admiravam seu trabalho: “[...] Fiquei conhecendo uma pretinha muito limpinha que falava muito bem. Disse ser costureira, mas que não gostava da profissão. E que admirava-me. Catar papel e cantar.” (JESUS, 2000, p. 23. 22 de julho de 1955).

Além da discriminação social, os catadores enfrentam diariamente outros diversos problemas relacionados à aparência, às condições de trabalho, e até mesmo à família.

...Fui catar papel. [...] Catei muitos ferros e pouco papel. Quando eu estava perto da banca de jornal tropecei e caí. Devido eu estar muito suja, um home gritou:

– É fome!

E me deram esmola. Mas eu caí porque estava com sono.

[...]

...Não fiquei revoltada com a observação do homem desconhecido referindo-se a minha sujeira. Creio que devo andar com um cartas nas costas: SE ESTOU SUJA É PORQUE NÃO TENHO SABÃO. (JESUS, 2000, p. 88-89. 21 e 22 de julho de 1958)

Os catadores se arriscam constantemente devido às condições precárias de trabalho (SOUZA; PAULA; SOUZA-PINTO, 2012). De acordo com Bortoli, “[...] Na América Latina, os catadores cotidianamente denunciam situações de precariedade, maus tratos, humilhações [...]” (2013, p. 250). A autora do Diário retrata inúmeras situações que confirmam tais comentários:

– Você é mesmo uma vagabunda. Dormia no Albergue Noturno. O seu fim era acabar na maloca.

Eu disse:

– Está certo. Quem dorme no Albergue Noturno são os indigentes. Não tem recurso e o fim é mesmo nas malocas, e Você, que diz nunca ter dormido no Albergue Noturno, o que veio fazer aqui na maloca? Você era para estar residindo numa casa própria. Porque a sua vida rodou igual a minha?

Ela disse:

– A única coisa que você sabe fazer é catar papel.

Eu disse:

– Cato papel. Estou provando como vivo! (JESUS, 2000, p. 17. 19 de julho de 1955).

Carolina não demonstrava se abalar com comentários destrutivos. Deixava claro que pensava que o trabalho dignifica o homem. Apesar de todas as complicações demonstrava ter orgulho do que fazia. “Eu não estou descontente com

a profissão que exerço. Já habituei-me andar suja. Já faz oito anos que cato papel. O desgosto que tenho é residir em favela.” (JESUS, 2000, p. 19 20 de julho de 1955). Porém, dia 9 de maio de 1958 registrou que “...Eu cato papel, mas não gosto. Então eu penso: Faz de conta que eu estou sonhando.” (JESUS, 2000, p. 26. 9 de maio de 1958). No dia 6 de julho do mesmo ano, descontente com a situação em que vivia, Carolina registrou que “[...] Parece que eu vim ao mundo predestinada a catar. Só não cato a felicidade.” (JESUS, 2000, p. 72. 6 de julho de 1958).

Catar papel não era tão simples assim, principalmente antes de Carolina conseguir um carrinho para transportar seus sacos. Por vezes a autora comenta sobre o cansaço após retornar ao seu barracão. “[...] Voltei pra casa. Estava tão cansada que não podia ficar de pé. Tinha a impressão que ia morrer. Eu pensava: se eu não morrer, nunca mais hei de trabalhar assim. Eu estava com falta de ar.” (JESUS, 2000, p. 99. 14 de agosto de 1958. Em “cansada” lê-se “cansada”). Poucos dias depois, Carolina registrou sentir dores pelo corpo de tanto trabalhar: “O saco de papéis estava muito pesado e um operario ajudou-me erguê-lo. Estes dias eu carreguei tanto papel que o meu ombro esquerdo está ferido.” (JESUS, 2000, p. 100. 16 de agosto de 1958).

As mudanças climáticas também são um obstáculo para o trabalho dos catadores. Carolina já relatou que “[...] Fui catar papel, mas estava indisposta. Vim embora porque o frio era demais.” (JESUS, 2000, p.22. 21 de julho de 1955). Além do frio, enfrentava também problemas com chuvas: “Eu hoje estou triste. Estou nervosa. Não sei se choro ou saio correndo sem parar até cair inconciente. É que hoje amanheceu chovendo. E eu não saí para arranhar dinheiro.” (JESUS, 2000, p. 37. 22 de maio de 1958. Em “inconciente” lê-se “inconsciente”). No dia 28 de maio de 1958, ocorreu o seguinte:

Amanheceu chovendo. Tenho só treis cruzeiros porque emprestei 5 pra Leila ir buscar a filha no hospital. Estou desorientada, sem saber o que iniciar. Quero escrever, quero trabalhar, quero lavar roupa. Estou com frio. E não tenho sapato para calçar. (JESUS, 2000, p. 40. 28 de maio de 1958. Em “treis” lê-se “três”).

Mãe de três filhos (José Carlos, João José e Vera Eunice), Carolina coletava resíduos para vender e se sustentar. Porém, ao se ausentar de casa para trabalhar, enfrentava contratempos com seus filhos também.

[...] Resolvi não sair a noite para catar papel. Procurei meu filho João José. Ele estava na rua Felisberto de Carvalho, perto do mercadinho. O onibus atirou um garoto na calçada e a turba afluiu-se. Ele estava no nucleo. Dei-lhe uns tapas e em cinco minutos ele chegou em casa. (JESUS, 2000, p. 9. 15 de julho de 1955).

No dia 18 de julho de 1955, Carolina saiu cedo de casa para receber dinheiro. Quando retornou, deparou-se com a seguinte situação:

[...] A D. Rosa, assim que viu o meu filho José Carlos começou impricar com ele. Não queria que o menino passasse perto do barracão dela. Saiu com um pau para espancá-lo. Uma mulher de 48 anos brigar com criança! As vezes eu saio, ela vem até a minha janela e joga o vaso de fezes nas crianças. Quando eu retorno, encontro os travesseiros sujos e as crianças fétidas. Ela odeia-me. (JESUS, 2000, p. 13. 18 de julho de 1955. Em “impricar” lê-se “implicar”).

Carolina tentou montar um balanço em seu quintal, a fim de manter seus filhos brincando em casa quando precisasse sair, evitando que os mesmos fossem para a rua.

[...] Chamei o Senhor Ireno Venancio da Silva para fazer um balanço para os meninos. Para ver se eles permanece no quintal para os vizinhos não brigar com eles. Dei-lhe 16 cruzeiros. [...] Os meninos deu valor ao balanço só na hora. Todos queriam balançar ao mesmo tempo! Fechei a porta e fui vender as latas. Levei os meninos. O dia está calido. E eu gosto que eles receba os raios solares. Que suplicio! Carregar a Vera e levar o saco na cabeça.

[...]

[...] fui no Klabin catar papel. Deixei as crianças brincando no quintal. Tinha muito papel. Trabalhei depressa pensando que aquelas bestas humanas são capás de invadir o meu barraco e maltratar meus filhos. Trabalhei apreensiva e agitada. Elas costuma esperar eu sair para vir no meu barracão expandar os meus filhos. Justamente quando eu não estou em casa. Quando as crianças estão sozinhas e não podem defender-se. (JESUS, 2000, p. 16. 19 de julho de 1955. Em “visinho”, “capás” e “expandar” lê-se, respectivamente, “vizinho”, “capaz” e “espancar”).

Em alguns momentos Carolina demonstra descontentamento por ter que levar seus filhos junto consigo quando sai para trabalhar, porém, tem consciência de que as crianças não têm culpa:

[...] Que suplicio catar papel atualmente! Tenho que levar a minha filha Vera Eunice. Ela está com dois anos, e não gosta de ficar em casa. Eu ponho o saco na cabeça e levo-a nos braços. Suporto o peso do saco na cabeça e suporto o peso da Vera Eunice nos braços. Tem hora que revolto-me. Depois domino-me. Ela não tem culpa de estar no mundo. Refleti: preciso ser tolerante com os meus filhos. Eles não tem ninguém no mundo a não ser eu. (JESUS, 2000, p. 19. 20 de julho de 1955,).

Os anos passaram, e ainda assim Carolina continuou tendo contratempos com seus filhos por se ausentar para trabalhar, como podemos perceber nesse registro de 1958:

...Recebi intimação para comparecer as 8 horas da noite na Delegacia do 12. Passei o dia catando papel. A noite os meus pés doíam tanto que eu não podia andar. Começou a chover. Eu ia na Delegacia, ia levar o José Carlos. A intimação era pra ele. O José Carlos está com 9 anos. (JESUS, 2000, p. 25. 2 de maio de 1958).

Apesar do cansaço e desgosto da vida, Carolina não deixava de ir atrás de formas para sustentar seus filhos

[...] Estou tão indisposta que se eu pudesse deitar um pouco! Mas eu não tenho nada para os meninos comer. O único jeito é sair. Deixei o João

estudando. Ganhei só 10,00 e achei metais. Achei um arco de pua e um estudante pediu-me. Dei-lhe. Ele deu-me 3 cruzeiros para um café. (...) Passei na feira. Comprei batata doce e peixe. Quando cheguei na favela era 12 horas. Esquentei a comida para o João e fui ajeitando o barracão. Depois fui vender umas latas e ganhei 40 cruzeiros. Retornei a favela e fiz o jantar. (JESUS, 2000, p. 80. 10 de julho de 1958. Em “geito” lê-se “jeito”).

Em meio às andanças em busca de papéis, latas ou qualquer resíduo que desse para vender, Carolina se atentava aos detalhes à sua volta:

...Contemplava extasiada o céu cor de anil. E eu fiquei compreendendo que eu adoro o meu Brasil. O meu olhar posou nos arvoredos que existe no início da rua Pedro Vicente. As folhas movia-se. Pensei: elas estão aplaudindo este meu gesto de amor a minha Patria. (...) Toquei o carrinho e fui buscar mais papeis. A Vera ia sorrindo. E eu pensei no Casemiro de Abreu, que disse: “Ri criança. A vida é bela”. Só se a vida era boa naquele tempo. Porque agora a época está apropriada para dizer: “Chora criança. A vida é amarga”. (JESUS, 2000, p. 32. 19 de maio de 1958).

Houve um momento em que Carolina teve confrontos com seus vizinhos em relação aos seus papéis coletados: “...O Senhor Ireno disse-me que esta noite houve roubo na favela. Que roubaram roupas da D. Florela e mil cruzeiros de D. Paulina. O meu barracão também está sendo visado. Duas noites que não saio para catar papel.” (JESUS, 2000, p. 24. 27 de julho de 1955).

Até que, no dia 28 de julho Carolina registrou sobre queimarem seus sacos de papel:

...Fiquei horrorizada! Haviam queimado meus cinco sacos de papel. A neta de D. Elvira, a que tem duas meninas e que não quer mais filhos porque o marido ganha pouco, disse:

D – Nós vimos a fumaça. Também a senhora põe os sacos ali no caminho. Ponhe lá no mato onde ninguém os vê. Eu ouvi dizer que vocês lá da favela vivem uns roubando os outros.

Quando elas falam não sabem dizer outra coisa a não ser roubo. Percebi que foi ela quem queimou meus sacos. Resolvi retirar com nojo delas. Aliás já haviam dito-me que eles são uns portugueses malvados. Que a D. Elvira nunca fez um favor a ninguém. Para eu ficar prevenida. Não estou ressentida. Já estou tão habituada com a maldade humana.

Sei que os sacos vão me fazer falta.

(JESUS, 2000, p. 25. 28 de julho de 1955. Em “horrorizada” e “ponhe”, lê-se “horrorizada” e “põe”).

Apesar de tanta miséria e complicações, Carolina tinha uma pessoa em especial que lhe auxiliava com atitudes sutis, o senhor Manoel (registrado como “Manuel” e “Manoel”). A autora não deixa explícito qual era a atividade que Manoel exercia, mas pelo contexto, podemos supor que ele trabalhava em um estabelecimento de reciclagem.

Vendi as latas e os metais. Ganhei 31 cruzeiros. Fiquei contente. Perguntei:

– Seu Manoel, o senhor não errou na conta?

– Não. Porque?

– Porque o saco de latas não pesava tanto para eu ganhar 31 cruzeiros. É a quantia que eu preciso para pagar a luz. (JESUS, 2000, p. 16. 19 de julho de 1955).

E novamente, algo semelhante ocorreu no dia 19 de julho de 1958: “Fui no senhor Manoel vender uns ferros. Ganhei 55 cruzeiros. Levei pouco material e achei que era muito dinheiro. Perguntei ao senhor Manoel se não errou no troco.” (JESUS, 2000, p. 85. 19 de julho de 1958).

Carolina já se deparou também com pessoas que a questionavam sobre seu trabalho:

[...] Eu fui catar papel. No Frigorífico vi uma mocinha comendo salchichas do lixo.

– Você pode arranjar um emprego e levar uma vida reajustada.

Ela perguntou-me se catar papel ganha dinheiro. Afirmei que sim. Ela disse-me que quer um serviço para andar bem bonita. (JESUS, 2000, p. 54. 13 de junho de 1958. Em “salchichas” lê-se “salsichas”).

Assim como já encontrou também pessoas que diminuíam (intencionalmente ou não), sua fonte de renda: “[...] Havia um pretinho bonitinho. Ele ia vender ferro lá no Zinho. Ele era jovem e dizia que quem deve catar papel são os velhos.” (JESUS, 2000, p. 35. 21 de maio de 1958, p. 35).

3.2 Condições de trabalho dos catadores

Durante o 1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, realizado em Brasília, surgiu o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), no ano de 1999. Apartidário, O MNCR foi desenvolvido com o objetivo de garantir a independência da classe catadora, com apoio mútuo de seus colaboradores, visando não só a garantia de seus direitos, lucros e benefícios, como também de condições adequadas de trabalho, moradia, educação, saúde, alimentação, entre outros elementos básicos para uma qualidade de vida sustentável. (MNCR; MNCR; VIVIAN, 2012; 2015; 2015).

Os catadores têm papel muito importante, como intermediários na cadeia que possibilita a recuperação de parte dos resíduos para reciclagem (MEGERA, 2003) e

Ainda que os catadores sejam personagens cada vez mais presentes nos centros urbanos, o descaso dos representantes do setor público e dos movimentos sociais em relação a sua importância como agentes efetivos da coleta seletiva contribuiu para que seu trabalho permanecesse marginalizado por décadas. (DEMAJOROVIC; LIMA, 2013, p. 62).

Mesmo com todas as suas reivindicações e lutas por direitos, ainda continua sendo o poder público sendo responsável pela inserção efetiva desses trabalhadores, através de um procedimento ainda em construção, que varia de acordo com cada município (PEREIRA; TEIXEIRA, 2011). Assim, surgiu a necessidade da criação cooperativas e associações, geridas pelos próprios

catadores, com o objetivo de dar voz a esses indivíduos, incluindo-os socialmente, evitando que os mesmos sejam explorados e para que possam exercer seus trabalhos com dignidade e serem pagos de forma justa por isso (SOUZA; PAULA; SOUZA-PINTO, 2012).

Porém, existem controvérsias e até mesmo catadores que não aceitam ou não conseguem fazer parte de cooperativas, por falta de comprometimento ou simplesmente por não quererem se submeter a normas, tornando-se assim, catadores autônomos e enfrentando outros tipos de problemas por terem

[...] relação de dependência com os sucateiros, para quem se veem obrigados a vender sua mercadoria, pois não são capazes de atender a demanda de uma economia de escala, pelo fato de o preço da mercadoria estar relacionado com seu volume. (SOUZA; PAULA; SOUZA-PINTO, 2012, p. 250).

As cooperativas e associações são fundamentais para a reafirmação dos coletores na sociedade, possibilitando o reconhecimento destes indivíduos como trabalhadores.

4 Considerações Finais

A preocupação com a destinação dos resíduos sólidos deu-se a partir do momento em que o poder público se deu conta de que determinados materiais que estavam sendo descartados ao léu tinham valores econômicos. É inegável que o gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos trouxe também benefícios sociais e ambientais, porém, ainda há muito a ser melhorado.

As propostas dadas pelo Plano Estadual de Resíduos Sólidos podem ser consideradas como um meio de reformular de forma eficaz os hábitos de consumo da sociedade paulista. Porém, faltam aspectos a serem analisados, por exemplo, a educação dos cidadãos, começando com atividades escolares para conscientizar as crianças dos benefícios da reciclagem e a formulação de programas para jovens e adultos buscarem formas de reeducarem seus hábitos.

Além do quesito educacional, seria ideal também inserir e regulamentar o trabalho dos catadores, oferecendo-lhes boas condições de trabalho e pagamento justo pela atividade exercida, para que assim a sociedade possa reconhecer esses indivíduos como trabalhadores dignos e merecedores de respeito.

Carolina Maria de Jesus pode ser considerada uma grande referência da ainda atual realidade de vida dos catadores brasileiros. Seu modo de encarar o trabalho e não se deixar abater pela opinião destrutiva de pessoas desinformadas é um belo exemplo de determinação e superação, da mesma forma que, ao notar o quão ruim as palavras proferidas por aquelas pessoas foram, percebemos que de fato a sociedade já precisava e ainda precisa de uma reestruturação educacional.

Reconhecendo a importância de seus trabalhos, catadores de todo o território nacional se reuniram para reivindicar pelos seus direitos. Tais atos necessitam de maior divulgação para que aqueles que não têm acesso à informação também possam se unir e lutar por dignidade em seu trabalho.

Referências

BESEN, Fina Rizpah et al. Coleta seletiva na região metropolitana de São Paulo: impactos da política nacional de resíduos sólidos. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 259-278, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n3/v17n3a15.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2016.

BORTOLI, Mari Aparecida. Processos de organização de catadores de materiais recicláveis: lutas e conformações. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 248-257, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v16n2/11.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2016. 1

DEMAJOROVIC, Jacques; LIMA, Márcia. **Cadeia de reciclagem**: um olhar para os catadores. São Paulo: Editora Senac São Paulo; São Paulo: Edições Sesc SP, 2013.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Plano de resíduos sólidos do estado de São Paulo é lançado**. 29 out. 2014 Sistema Ambiental Paulista. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/2014/10/29/plano-de-residuos-solidos-do-estado-de-sao-paulo-e-lancado/>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

JACOBI, Pedro Roberto; BESEN, Gina Rizpah. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 135-158, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n71/10.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2016

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 8 ed. São Paulo: Editora Ática, 2000. 1

MEGERA, Márcio. **Os empresários do lixo**: um paradoxo da modernidade. Campinas: Editora Átomo, 2003. 1

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTEa. **Política nacional de resíduos sólidos**. In. _____. [20-?]. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/pol%C3%ADtica-de-res%C3%ADduos-s%C3%B3lidos>>. Acesso em: 13 out. 2016

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTEb. Resíduos sólidos. In. _____. [201-]. MMA em números. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/mma-em-numeros/residuos-solidos>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

MNCRa. **História do MNCR**. 09 fev. 2012. Sobre o Movimento. Disponível em: <<http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/sua-historia>>. Acesso em 13 nov. 2016.

MNCRb. **O que é o movimento?**. 10 jun. 2015. Sobre o Movimento. Disponível em: <<http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

OLIVEIRA, Thais Brito de; GALVÃO JUNIOR, Alceu de Castro. Planejamento municipal na gestão dos resíduos sólidos urbanos e na organização da coleta seletiva. **Eng. Sanit. Ambient.**, v. 21, n. 1, p. 55-64, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/esa/v21n1/1413-4152-esa-21-01-00055.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2016.

PEREIRA, Maria Cecília Gomes; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional. **Cad. EBAPE.BR**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 895-913, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v9n3/a11v9n3.pdf>>. Acesso em 29 set. 2016.

SÃO PAULO^a (Estado). Prefeitura de São Paulo. Serviços para o cidadão. **Coleta de lixo**. [20-?]. Disponível em: <<http://capital.sp.gov.br/cidadao/rua-e-bairro>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

SÃO PAULO^b (Estado). Prefeitura de São Paulo. Serviços para o cidadão. **Coleta seletiva**. [20-?]. Disponível em: <<http://capital.sp.gov.br/cidadao/rua-e-bairro>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

SÃO PAULO^c (Estado). Prefeitura de São Paulo. Serviços para o cidadão. **Resíduos sólidos**. [20-?]. Disponível em: <<http://capital.sp.gov.br/cidadao/rua-e-bairro>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Ambiental. **Resíduos Sólidos**. São Paulo, 2010. (Cadernos de Educação Ambiental).

SÍCOLI, Juliana Lordello. Resíduos de decisão e suas repercussões à saúde dos trabalhadores em uma cooperativa de reciclagem. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, vol. 17, n. 1, p. 1-16, 2014. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v17n1/a02v17n1.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2016

SOUZA, Maria Tereza Saraiva; PAULA, Mabel Bastos de; SOUZA-PINTO, Helma de. O papel das cooperativas de reciclagem nos canais reversos pós-consumo. **RAE**, São Paulo, v. 52, n. 2, p. 246-262, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v52n2/v52n2a10.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2016. 1

VIVIAN, MNCR. **Princípios e objetivos do MNCR**. 05 nov. 2015. Sobre o Movimento. Disponível em: <<http://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/principios-e-objetivos>>. Acesso em 13 nov. 2016.